

Saúde pública para pessoas transexuais, travestis e transgênero: revisão bibliométrica das publicações globais

Public health for transsexual, transvestite and transgender people: bibliometric review of global publications

Salud pública para personas transexuales, travestis y transgénero: revisión bibliométrica de publicaciones globales

Recebido: 12/08/2022 | Revisado: 22/08/2022 | Aceito: 24/08/2022 | Publicado: 02/09/2022

Vinícius Henrique Bernardes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7293-3043>
Faculdade São Leopoldo Mandic de Araras, Brasil
E-mail: vhb.bernardes@gmail.com

Laura Angelina Ferreira de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1159-2964>
Faculdade São Leopoldo Mandic de Araras, Brasil
E-mail: analaurluangelina@gmail.com

Ivan Lira dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7681-7047>
Pontífice Universidade Católica de Campinas, Brasil
E-mail: ivanlira.10@gmail.com

Rinaldo Eduardo Machado de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1684-1456>
Universidade de Brasília, Brasil
E-mail: rinaldo.eduardo@unb.br

Lucas Pereira de Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8392-1398>
Universidade de São Paulo, Brasil
E-mail: lp Melo@usp.br

Daniella Yamada Baragatti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7391-0003>
Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas, Brasil
E-mail: danybaragatti@gmail.com

Elizabeth Regina de Melo Cabral

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1903-0993>
Faculdade São Leopoldo Mandic de Araras, Brasil
E-mail: elizabeth.cabral@slmandic.edu.br

Tássia Fraga de Bastos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0043-9649>
Faculdade São Leopoldo Mandic de Araras, Brasil
E-mail: tassia.bastos@slmandic.edu.br

Márcio Cristiano de Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9840-0309>
Faculdade São Leopoldo Mandic de Araras, Brasil
E-mail: marcio.melo@slmandicararas.edu.br

Resumo

O objetivo deste estudo foi identificar a produção científica global a respeito de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, com relação ao volume de publicações, sua dinâmica temporal e os países de publicação. Trata-se de uma revisão bibliométrica com coleta de dados realizada entre abril e julho de 2022, por meio de consulta às bases bibliográficas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, MEDLINE via PubMed e Biblioteca Virtual de Saúde. Incluíram-se 923 publicações, sendo que 57,10% foram publicadas em periódicos dos Estados Unidos da América, 20,91% da Inglaterra e 7,48% no Brasil. Observou-se aumento na frequência de publicações mundiais no período de 2010 a 2016, com variação anual percentual de 58,2% (IC 95%: 40,8 - 77,8), e, no período final da série histórica de 2016 a 2021 de 19,9% ao ano (IC 95%: 2,8 - 39,9). As publicações tornaram-se mais heterogêneas entre as diversas áreas do saber científico, e, ainda que as grandes áreas da saúde possuam maior relevância no montante das publicações, destaca-se uma maior diversidade de estudos no meio acadêmico. Assim,

novas políticas públicas podem ser formuladas e aplicadas para o aprofundamento das ações de saúde no Brasil e no mundo, bem como novas estratégias de debate social e ampliação dos temas nas pesquisas científicas.

Palavras-chave: Pessoas transgênero; Travestilidade; Atenção primária à saúde; Saúde pública.

Abstract

The objective of this study was to identify the global scientific production regarding transsexuals, transvestites, and transgender people, concerning the volume of publications, their temporal dynamics, and the countries of publication. This is a bibliometric review with data collection carried out between April and July 2022, by consulting the bibliographic databases Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences, MEDLINE via PubMed, and the Virtual Health Library. A total of 923 publications were included, of which 57.10% were published in journals in the United States of America, 20.91% in England, and 7.48% in Brazil. There was an increase in the frequency of publications worldwide in the period from 2010 to 2016, with an annual percentage change of 58.2% (95% CI: 40.8 - 77.8), and, in the final period of the historical series from 2016 to 2021 of 19.9% per year (95% CI: 2.8 - 39.9). Publications have become more heterogeneous among the various areas of scientific knowledge, and, although the large areas of health have greater relevance in the number of publications, a greater diversity of studies in the academic environment stands out. Thus, new public policies can be formulated and applied to deepen health actions in Brazil and the world, as well as new strategies for social debate and expansion of themes in scientific research.

Keywords: Transgender persons; Transvestism; Primary health care; Public health.

Resumen

El objetivo de este estudio fue identificar la producción científica mundial sobre transexuales, travestis y personas transgénero, en relación con el volumen de publicaciones, su dinámica temporal y los países de publicación. Se trata de una revisión bibliométrica con recolección de datos realizada entre abril y julio de 2022, mediante consulta de las bases de datos bibliográficas Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud, MEDLINE vía PubMed y la Biblioteca Virtual en Salud. Se incluyeron un total de 923 publicaciones, de las cuales el 57,10% se publicaron en revistas de los Estados Unidos de América, el 20,91% en Inglaterra y el 7,48% en Brasil. Hubo un aumento en la frecuencia de publicaciones a nivel mundial en el período de 2010 a 2016, con una variación porcentual anual de 58,2% (IC 95%: 40,8 - 77,8), y, en el período final de la serie histórica de 2016 a 2021 de 19,9% por año (IC 95%: 2,8 - 39,9). Las publicaciones se han vuelto más heterogéneas entre las diversas áreas del conocimiento científico y, aunque las grandes áreas de la salud tienen mayor relevancia en la cantidad de publicaciones, existe una mayor diversidad de estudios en el ámbito académico. Así, se podrán formular y aplicar nuevas políticas públicas para profundizar las acciones de salud en Brasil y en el mundo, así como nuevas estrategias de debate social y ampliación de temas en investigación científica.

Palabras clave: Personas transgénero; Travestismo; Atención primaria de salud; Salud pública.

1. Introdução

A transexualidade é uma condição que até os dias atuais enfrenta diversas barreiras sociais, as quais reverberam no cenário político e, conseqüentemente, nas instituições de saúde. A saúde da pessoa trans é por diversas vezes negligenciada pelas autoridades e pelos indivíduos da sociedade hodierna, necessitando uma revisão desse cenário, visando a oferecer a esses indivíduos os direitos que lhes são assegurados pela Constituição Federal atual e a promoção dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS) (Arán, et al., 2009).

Definem-se pessoas transexuais, transgênero e travestis como as pessoas que não se reconhecem no gênero ao qual foi designado ao nascer. Esse grupo engloba as mulheres trans, homens trans, trans masculinos, não-binários e outros, os quais nesse estudo serão chamados, de modo geral, de trans (Arán, et al., 2009).

As pessoas transexuais e travestis necessitam de cuidados específicos (ainda que alguns deles sejam opcionais, como por exemplo tratamentos hormonais e cirurgias), e muitos desses cuidados são garantidos pelo SUS por meio do Processo Transexualizador, incluído no SUS desde 2008 (Brasil, 2008) e redefinido e ampliado em 2013 (Brasil, 2013). Baseando-se em portarias ministeriais, foram definidas normas para a garantia da assistência diagnóstica e terapêutica especializada e concedido o direito a atendimento para tratamento hormonal, terapêutico e a disponibilização pelo SUS da cirurgia de readequação sexual (Souza, et al., 2013). Acrescenta-se à instituição do Processo Transexualizador, a elaboração da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)), sendo um marco histórico na garantia e ampliação dos direitos LGBT, que busca superar as dificuldades de acesso dessa população aos serviços de saúde,

investindo-se em questões centrais que permeiam a assistência a essa população (Brasil, 2013; Campos et al, 2020).

Entretanto, para que sua transgeneridade seja de fato vivenciada sem barreiras, muitos tabus e preconceitos precisam ser superados, uma vez que refletem diretamente em como essas pessoas são tratadas, inclusive nas instituições de saúde. Apesar do SUS contar com o Processo Transexualizador e com a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, nota-se que a população trans continua sendo a que mais enfrenta dificuldades de acesso às Redes de Atenção à Saúde, não apenas aos serviços da atenção primária (Rocon, et al., 2020). Parte disso é decorrente de um despreparo dos profissionais para atender a essa população, uma vez que muitos não têm, de fato, a competência para lidar com corpos trans e devido ao tabu que é institucionalizado e o preconceito que ainda é persistente (Merhi, 2021). Essa realidade evidencia importantes desafios a serem enfrentados, tanto na formação profissional em saúde quanto na educação permanente.

Neste contexto, o objetivo deste estudo foi identificar a produção científica global no campo da Saúde Pública e de acesso a serviços de saúde a respeito de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, com relação ao volume de publicações, sua dinâmica temporal e os países de publicação.

2. Metodologia

Trata-se uma revisão bibliométrica a fim de conhecer o quantitativo das publicações globais a respeito da temática no campo da Saúde Pública. A elaboração da estratégia de busca e avaliação dos estudos se baseou na estratégia PICO (Santos, et al., 2007).

A pesquisa foi realizada entre abril de 2022 e julho de 2022, por meio de consulta às bases bibliográficas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) (<http://lilacs.bvsalud.org>), MEDLINE via PubMed (<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/>), e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) (<https://bvsalud.org/>). Para a busca, foram utilizados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) ou Medical Subject Headings (MeSH). Em inglês, foram: “Transgender Persons” (DeCS e MeSH), “Transvestism” (DeCS e MeSH), “Primary Health Care” (DeCS) e “Public Health” (MeSH). A seleção dos artigos foi realizada por dois pesquisadores de forma independente e os conflitos da seleção foram sanados por um terceiro pesquisador.

Utilizou-se a expressão booleana AND, cruzando-se sempre um dentre os dois primeiros descritores com um dentre os dois últimos. A pesquisa foi realizada em inglês em todas as bases de dados. Somente nas bases de dados LILACS e MEDLINE, a pesquisa ocorreu também em português e espanhol, já que essas bases apresentam resultados de artigos publicados nesses idiomas (“Pessoas Transgênero”, “Travestilidade”, “Atenção Primária à Saúde”, “Personas Transgênero”, “Travestismo” e “Atención Primaria de Salud”).

Foram analisadas as publicações no período de 2010 a 2022 com disponibilidade do texto integral on-line, publicados em português, inglês ou espanhol, que tratassem do tema da pesquisa e que trouxessem no título a menção à população de transexuais, travestis e transgêneros como foco principal do estudo. Foram excluídos: artigos incompletos com acesso apenas ao resumo, artigos que tratassem de assistência à saúde em outras populações LGBTQIA+, teses e dissertações e cartas ao editor.

Após a exclusão das duplicações, os títulos foram lidos pelos revisores separadamente. Caso fossem considerados adequados ao tema, os artigos compunham o banco de dados para análise. Após a leitura, eventuais discordâncias quanto à inclusão ou exclusão foram resolvidas pelo pesquisador principal.

Foi estimada a variação anual percentual (Annual Percentual Change, APC), que traz como resultados variações positivas ou negativas das publicações durante a série temporal proposta, por meio de uma regressão segmentada (RS) que verifica pontos importantes de mudança e suavizando os pontos de inflexão durante os anos, período de 2010 a 2021 (o ano de 2022 não entrou para a análise temporal). Foram ajustados sucessivos segmentos da reta conectados entre si por esses pontos

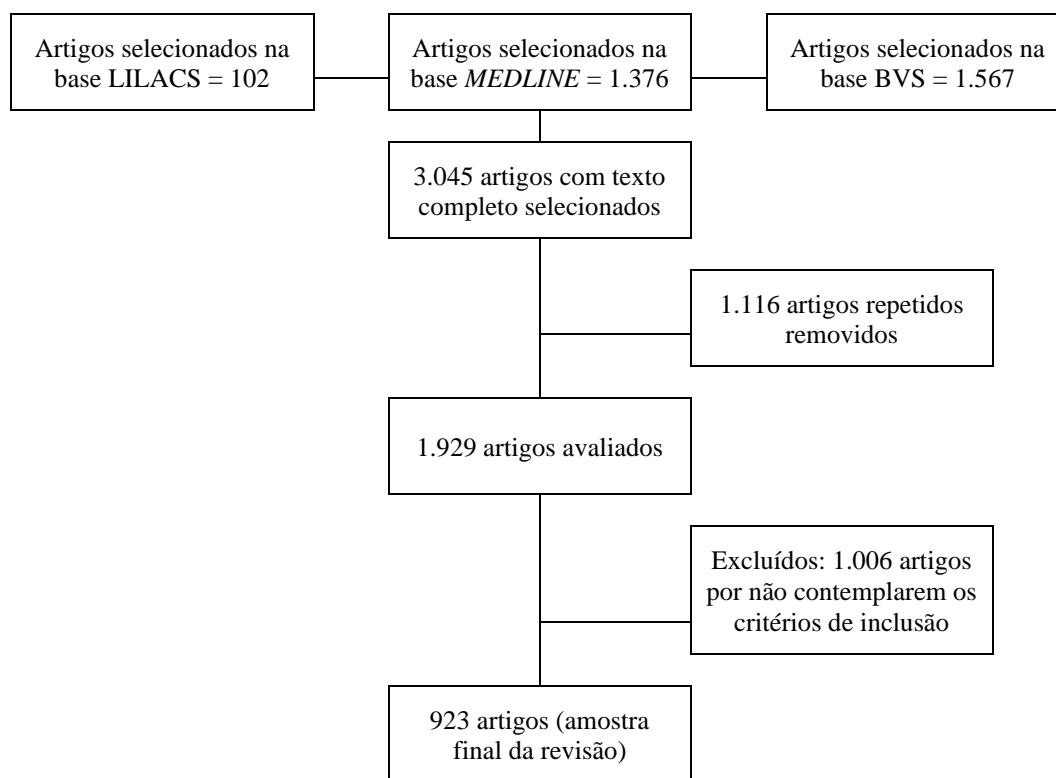
de mudança. O número de pontos necessários para o ajuste de cada segmento foi selecionado automaticamente pela configuração padrão do programa (sem a transformação logarítmica da variável resposta) Joinpoint Regression Program versão 4.5.0.1, fornecido pelo Instituto Nacional de Câncer dos Estados Unidos (Nacional Cancer Institute) (Branch, 2017). Foram calculados intervalos de confiança de 95% para a APC.

A análise dos trabalhos levou em consideração as métricas de acordo com o país de publicação e principais achados. Foram utilizados os softwares Excel® da Microsoft Office e EndNote Web. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos.

3. Resultados

Um total de 3.045 artigos associados com os descritores foram delimitados nesta pesquisa, sendo 1.567 publicações (51,41%) na BVS, 1.376 publicações (45,22%) na MEDLINE e 102 publicações (3,38%) na LILACS. Diante da verificação de duplicidade via *Software EndNote Web* e análise por leitura, foram excluídos 1.116 trabalhos e, após aplicação dos critérios de inclusão, foram descartados 1.006 artigos das análises finais. Ao final, 923 artigos compuseram a amostra para revisão, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos que compuseram a revisão bibliométrica sobre atenção à saúde das pessoas transexuais, travestis e transgênero, 2010 a 2021.



Fonte: Criada pelos autores.

Dos 923 trabalhos analisados quanto ao seu país de publicação entre os anos 2010 e 2022, 57,10% (n=527) foram publicados em periódicos dos Estados Unidos da América, 20,91% (n=193) foram publicados em periódicos da Inglaterra e 7,48% (n=69) no Brasil (Tabela 1). Além das 69 publicações em revistas brasileiras, ainda se constata mais cinco trabalhos publicados em revistas nos EUA, Inglaterra e Suíça que possuíam como público-alvo a população brasileira (dado não apresentado em tabela).

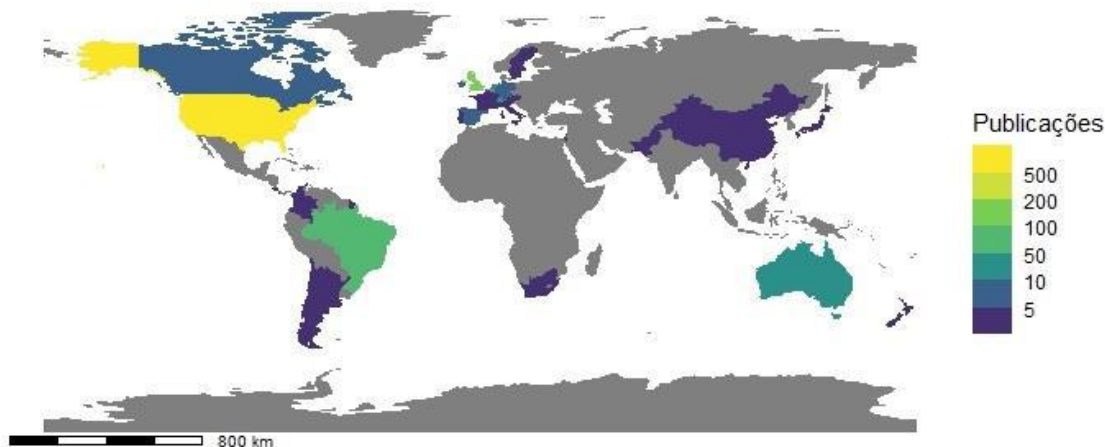
Tabela 1 – Países com produção científica de livre acesso a respeito da atenção à saúde da população de transexuais, travestis e transgêneros nos bancos de dados LILACS, MEDLINE e BVS, 2010 a 2022.

Países	Nº de Publicações	%
Estados Unidos da América	527	57.10
Inglaterra	193	20.91
Brasil	69	7.48
Suíça	45	4.88
Países Baixos	18	1.95
Austrália	13	1.41
Canadá	9	0.98
Irlanda	8	0.87
Alemanha	7	0.76
Espanha	7	0.76
Chile	5	0.54
Argentina	3	0.33
Colômbia	3	0.33
Áustria	2	0.22
França	2	0.22
Nova Zelândia	2	0.22
África do Sul	1	0.11
China	1	0.11
Costa Rica	1	0.11
Escócia	1	0.11
Israel	1	0.11
Itália	1	0.11
Japão	1	0.11
Paquistão	1	0.11
Portugal	1	0.11
Suécia	1	0.11
Total	923	100.00

Fonte: Criada pelos autores.

De acordo com a concentração de publicações nos continentes e suas subdivisões, observou-se que 58,07% (n=536) estão na América do Norte, 30,99% (n=286) na Europa, 8,67% (n=80) na América do Sul, 1,63% (n=15) na Oceania, 0,43% (n=4) na Ásia e 0,11% (n=1) na América Central e África, respectivamente (Figura 2).

Figura 2 – Países que publicaram a respeito da atenção à saúde da população de transexuais, travestis e transgêneros, 2010 a 2022.



Fonte: Criada pelos autores.

Destaca-se o surgimento de periódicos científicos específicos para estudos nestas populações, como por exemplo: *Journal of homosexuality* (1974); *Journal of gay & lesbian mental health* (2008); *LGBT Health* (2014); *Transgender health* (2016) e *International journal of transgender health* (2019). Complementa-se a este dado o fato de que apenas as revistas *LGBT Health* e *Transgender health* possuem, de acordo com o catálogo NCBI da PubMed e da BVS, assuntos registrados no *MeSH* e no Decs com o descritor "*Transgender Persons*".

Houve aumento significativo na frequência de publicações mundiais no período de 2010 a 2016, com grande variação anual percentual (APC) de 58,2% ao ano (IC 95%: 40,8 - 77,8), e, no período final da série histórica de 2016 a 2021, uma APC de 19,9% ao ano (IC 95%: 2,8 - 39,9). Considerando a variação anual percentual média (AAPC) nas publicações mundiais, o aumento foi de 39,5% ao ano (IC 95%: 29,0 - 50,9). Enquanto no Brasil, a APC foi de 72,0% (IC 95%: 15,3 - 156,6) ao ano, no período de 2010 a 2021 (Tabela 2).

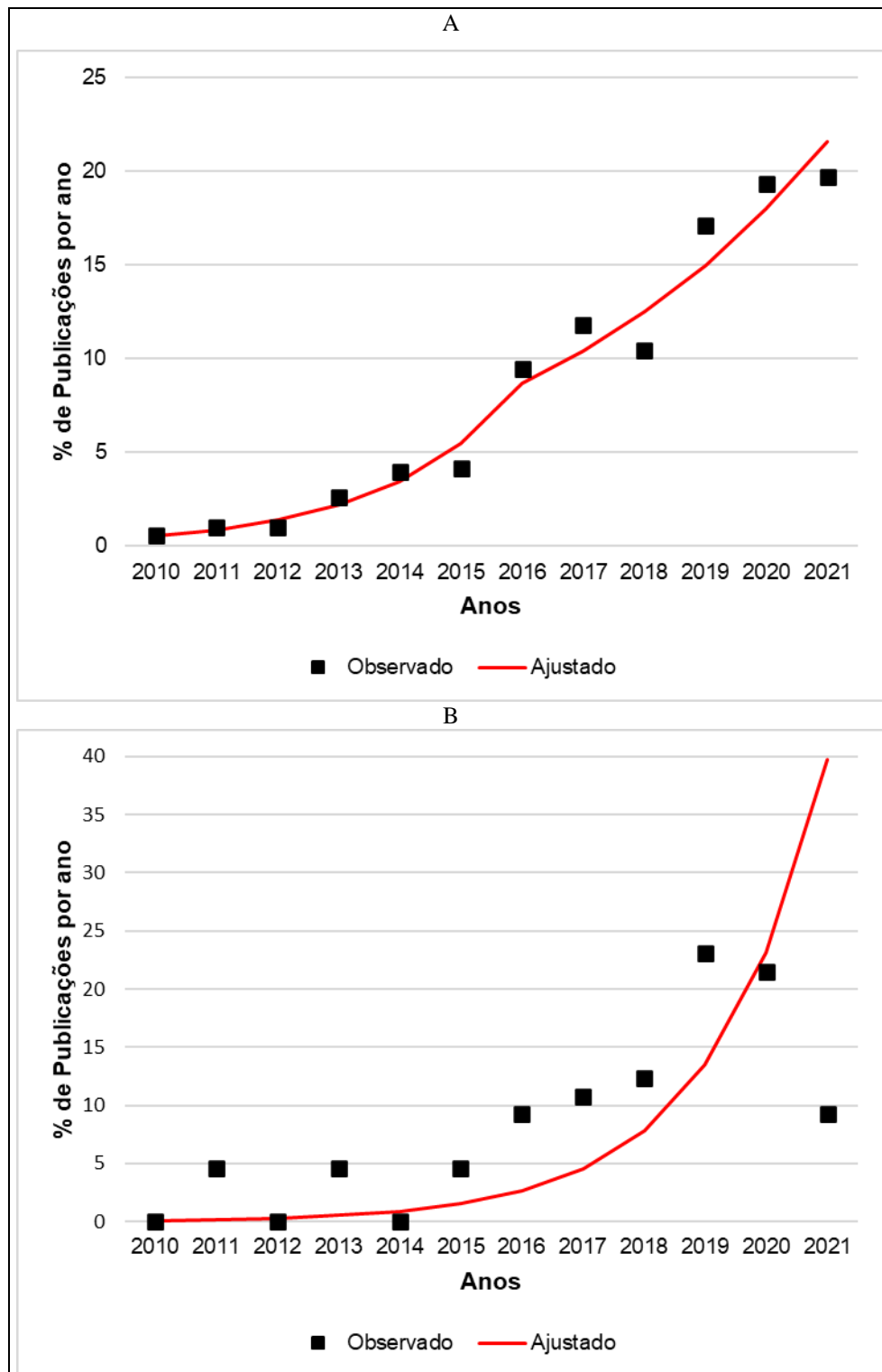
Tabela 2 – Variação anual percentual e variação anual percentual média das frequências de publicações a respeito da atenção à saúde da população de transexuais, travestis e transgêneros nos bancos de dados LILACS, MEDLINE e BVS, 2010 a 2021.

	Período	APC	IC 95%	p-valor	AAPC	IC 95%	p-valor
Mundo	2010 a 2016	58,2*	40,8 – 77,8	<0,01	39,5*	29,0 – 50,9	<0,1
	2016 a 2021	19,9*	2,8 – 39,9	0,027			
Brasil	2010 a 2021	72,0*	15,3 – 156,6	0,013	-	-	-

*Indica que a APC/AAPC é significativamente diferente de zero no nível alfa = 0,05. Fonte: Criada pelos autores.

A regressão segmentada considerada mais adequada para ajustar as frequências de publicações mundiais foi aquela com um ponto de mudança, no ano de 2016, ou seja, foram suficientes dois segmentos de reta para representar a tendência das publicações no período de 2010 a 2021, já no Brasil não houve ponto de inflexão da curva de frequência, mantendo uma variação anual percentual média com um segmento de reta apenas (Figura 3).

Figura 3 – Regressão segmentada (*Joinpoint Regression*) da frequência de publicações relacionadas à saúde da população de transexuais, travestis e transgêneros nos bancos de dados LILACS, MEDLINE e BVS segundo ano de publicação, publicações mundiais (A) e publicações brasileiras (B). Brasil e Mundo, 2010 a 2021.



Fonte: Criada pelos autores.

4. Discussão

Fazendo uso de estudos de revisão bibliométrica como este, evidencia-se que os Estados Unidos da América detêm massivamente o quantitativo majoritário de periódicos científicos na área da saúde, seguido da Inglaterra, havendo dentre eles

publicações brasileiras. Dentre os estudos publicados em periódicos desses países, há alguns realizados por pesquisadores brasileiros, sobre a população brasileira, o que pode estar relacionado às métricas, indicadores e fator de impacto científico desses periódicos.

Vale ressaltar que este estudo constatou maior crescimento percentual das publicações no Brasil no período analisado, demonstrando o empenho de pesquisadores nacionais para viabilizar todo o universo da saúde para pessoas transexuais, travestis e transgêneros, respaldando-se nos marcos históricos no campo da saúde trans e nos direitos humanos neste período, tais como: primeira redesignação sexual transmasculina no Brasil (1959); Conselho Federal de Medicina (CFM) “legaliza” cirurgias de redesignação sexual (1997); instituição do Dia da Visibilidade Trans (2004); uso no nome social no Sistema Único de Saúde (SUS) (2006); as cirurgias de processo transexualizador passam a ser realizadas pelo SUS (2008); instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) (2011); desenvolvida uma campanha com intuito de facilitar o atendimento integral e humanizado da população trans e o uso do nome social (2012); II Relatório sobre violência homofóbica no Brasil (2012); Inclusão no atendimento escolar e policial (2015); Tratamento pelo nome social em órgãos federais (2016); Retificação de nome e gênero é desburocratizada (2018); CFM reduz idade para procedimentos transexualizadores (2020) (Martinez-Beneito, et al., 2011; Brasil, 2013; Rodrigues, et al., 2019; Oliveira & Romanini, 2020; Marques Filho et al, 2020).

As publicações possuem uma ótica mais próxima da despatologização, o que nem sempre se afirma como despatologizante (Schwend 2020), porém acrescenta-se um universo de possibilidades de expansão dos debates sobre identidade de gênero e cuidado especializado. A visibilidade da temática possibilita a reivindicação de um atendimento adequado, humano e justo às pessoas transexuais, travestis e transgêneros no mundo, e evidencia os possíveis problemas que as acometem, como procedimentos inseguros, falta de acesso a serviços especializados e atenção básica, por exemplo (Brasil, 2013; Brasil, 2015; Carvalho Pereira & Chazan, 2019; Depret et al, 2020; Cruvinel et al, 2021).

5. Considerações Finais

O presente estudo enfatiza o grande volume de publicações a respeito do tema proposto pelos autores, bem como os países que mais publicam e a distribuição de tais produções científicas ao longo da série temporal delimitada neste trabalho.

Considerando os trabalhos analisados neste estudo, observa-se que as temáticas, anos atrás do período inicial do levantamento bibliográfico (2010), circundavam as discussões patologizantes e cirúrgicas. Na última década e dias atuais, as publicações tornaram-se mais heterogêneas entre as diversas áreas do saber científico (de acordo com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP essas áreas são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes), e, ainda que as grandes áreas da saúde possuam maior relevância no montante das publicações, destaca-se uma maior diversidade de estudos no meio acadêmico.

Novas políticas públicas podem ser formuladas e aplicadas para o aprofundamento das ações de saúde para a população de transexuais, travestis e transgêneros no Brasil e no mundo, bem como novas estratégias de debate social e diversificação das temáticas conduzidas pela academia e trabalhos de cunho qualitativo sobre a população estudada.

Referências

Arán, M., Murta, D., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141-1149. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>

Branch, S. M. A. (2017). *Joinpoint Regression Program*. Program SR, Institute NC.

- Brasil. (2015). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília. <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/TransexualidadeTravestilidadeSaude.pdf>
- Brasil (2013). Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (BR). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília.
- Brasil. (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: (1ª. ed.,) 1. Reimp. https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- Brasil. (2013). Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União* 2013; 19 nov.
- Brasil. (2008). Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 (Revogada pela PRT GM/MS nº 2803 de 19.11.2013). Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Diário Oficial da União* 2008; 14 out.
- Campos, A. L. O., Cerqueira, A. B. F., Sousa, B. C., Santos, D. L., Moura, E. L., Costa, E. R. F., Carmo Filho, G. C., & Silva, A. C. B. (2020). Doctor-Patient Relationship: the challenges in including transgender and transgender people in the SUS. *Research, Society and Development*, 9(12), e27791210973. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10973>
- Carvalho Pereira, L. B., & Chazan, A. C. S. (2019). O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*, 14(41), 1795. [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1795](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1795)
- Cruvinel, C., Lemos, D. S., Mello, V. H. E., Monteiro, J. C., & Orfão, N. H. (2021). Trans and diverse gender population: access to health services in Brazil. *Research, Society and Development*, 10(10), e439101019069. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19069>
- Depret, D., Neto, M., Acioli, S., Cabral, I. E., Caravaca-Morera, J., & Rafael, R. M. R. (2020). Acesso de travestis e mulheres transexuais a serviços de Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*, 9(10), e2149108595. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8595>
- Marques Filho, E. G., Figueirêdo, L. S., Holanda, J. S., Martins, J. G. B., Moura, V. R. L., Sousa, E. A., Lima, H. L. B. P. (2020). Direito à saúde de pessoas trans e travestis: uma analogia das políticas públicas do Brasil e Argentina. *Research, Society and Development*, 9(9), 610997796. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7796>
- Martinez-Beneito, M. A., García-Donato, G., & Salmerón, D. (2011). Bayesian joinpoint regression model with unknown number of break-points. *Annals of Applied Statistics*, 5(3), 2150-2168. <https://doi.org/10.1214/11-AOAS471>
- Merhi, T. E. T. C. (2021). Transexualidade na atenção primária de saúde: um relato de experiência em uma unidade de uma cidade em Goiás. *Brazilian Journal of Development*, 7(1), 7074-7082. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-479>
- Oliveira, I., & Romanini, M. (2020). (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. *Saúde e Sociedade*, 29(1), e170961. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020170961>
- Rocon, P. C., Wandekoken, K. D., Barros, M. E. B., Duarte, M. J. O., & Sodré, F. (2020). Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(1), e0023469. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234.7>
- Rodrigues, N. G., Silva, C. H., & Araujo, I. S. (2019). Visibilidade de pessoas trans na produção científica brasileira. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 13(3), 658-670. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1723>
- Santos, C. M. C., Pimenta, C. A. M., & Nobre, M. R. C. (2007). A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3), 508-511. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>
- Schwend, S. (2020). A. Trans health care from a depathologization and human rights perspective. *Public Health Reviews*, 41(3). <https://doi.org/10.1186/s40985-020-0118-y>
- Souza, J. F. J., Lacerda, T. F., Manchola, C., & Garrafa, V. (2013). O Processo Transexualizador no SUS - implicações bioéticas. *Revista Brasileira de Bioética*, 9(1-4), 34-53. <https://doi.org/10.26512/rbb.v9i1-4.7755>